

ALFABETIZAÇÃO: NA BUSCA DO (IM)POSSÍVEL E NA DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE

Patrícia Maria Guarnieri Ramos¹

Abordo este objeto de estudo - investigação da alfabetização nas séries iniciais do ensino fundamental na escola pública - fundamentada no método materialista histórico-dialético. Para isso, busco subsídios na Psicologia Histórico-cultural acerca da linguagem, da cultura, da aprendizagem e do desenvolvimento humano e, no campo da Pedagogia, na obra de Dermeval Saviani (2008; 2013). Artigo, com esses estudos, a contribuição de Maria do Rosário Longo Mortatti em relação à história da alfabetização no Brasil e sobre o direito do aluno da escola pública de ser alfabetizado.

Tais pressupostos indicam caminhos para uma revisão crítica sobre o ensino na escola pública e, assim, vislumbro a possibilidade de novas práticas pedagógicas para o ensino da linguagem escrita. Como afirma Mortatti, “a escola é o espaço por excelência, hoje, para se efetivarem as relações de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita” (2010, p. 146).

Os dados estatísticos apresentados pelo IBGE trazem como resultado um avanço significativo na queda do número de brasileiros analfabetos. Do último censo, a porcentagem da população analfabeta com 15 anos ou mais na Região Norte é de 3,6%, no Nordeste, de 7,0%, no Sudeste, de 3,2%, na Região Sul, de 2,5% e na região Centro-oeste, de 3,6% (IBGE, 2015). Ainda que considerado como um avanço, essa porcentagem transformada em números reais significa que muitos cidadãos brasileiros ainda não são leitores e escritores da língua portuguesa, a língua oficial do nosso país. Esses brasileiros representam a classe trabalhadora, pobre, negra, enfim, marginalizada; população que, historicamente, vem sofrendo a exclusão de um sistema de produção capitalista que se alimenta da exploração do ser humano e da sua crescente desumanização.

Ainda sobre os dados estatísticos, encontram-se também disponíveis no site do IBGE gráficos sobre índices de analfabetismo funcional. Segundo este instituto, o termo analfabetismo funcional expressa “o domínio de habilidade em leitura, escrita, cálculo e ciências, em correspondência a uma escolaridade mínima de quatro séries completas”. Os resultados encontrados sobre o índice de analfabetismo funcional são os seguintes: região Sudeste: 18,1%, Sul, 18,6%, Centro-oeste, 22,0%, Norte, 29,1% e Nordeste, 34,6% (IBGE, 2016). Estes dados representam os cidadãos com 15 anos ou mais que deixaram de frequentar a escola, não concluíram o primeiro ciclo de escolarização do Ensino Fundamental e que apresentam desempenho insatisfatório no uso das habilidades de leitura e escrita. De certo, pessoas que se encontram desprovidas também de outros direitos como: moradia, saúde, trabalho, alimentação, etc. Aparecem também associado ao termo os resultados das avaliações nacionais e internacionais que visam identificar as habilidades de leitura e escrita dos alunos nas escolas públicas. Este modo de compreender o analfabetismo funcional vai além do fato da não frequência à escola ou do não cumprimento de, no mínimo, quatro anos de escolaridade, trata-se do déficit desta habilidade nos alunos que estão na escola.

Nesse sentido, o estudo compromete-se com a discussão teórico-metodológica a partir das determinações históricas sobre a alfabetização e do impacto dessas na formação de professores. Objetiva a defesa de um processo escolar, sistematizado e intencional, para ensinar a linguagem escrita, sem prescindir de uma perspectiva teórico-metodológica, visando

¹ UNIMEP, Piracicaba, SP. E-mail: psicopmgr@gmail.com.

seqüências planejadas e organizadas para que o professor ensine e o aluno aprenda. (MORTATTI, 2009).

Os pressupostos da Psicologia Histórico-cultural: a linguagem escrita como função psicológica superior

Nos aportes epistemológicos da Psicologia Histórico-cultural encontro a linguagem como meio mais importante para o desenvolvimento da consciência humana; responsável pelo aprimoramento das funções psicológicas superiores, como: percepção, atenção, memória, imaginação, pensamento abstrato e também as vivências emocionais. Funções que possibilitam ao homem a superação da experiência imediata, isto é, a linguagem é um instrumento que possibilita a interiorização de comportamentos sem necessariamente submeter-se aos esquemas de reforçamento condicionado de comportamento. Na história da filogênese humana, a linguagem tem a função originária de nomear objetos e orientar ações, que vem da necessidade que o homem elaborou em transmitir o conhecimento produzido na organização do trabalho conjunto. Sendo assim, a linguagem e a linguagem escrita são as principais formas de assimilação da experiência acumulada pela humanidade (LURIA, 1991).

Outro pressuposto importante desta Psicologia está em Leontiev (1978), quando afirma que a evolução humana continua a se desenvolver, mas que o mecanismo que engendra essa evolução não é determinado pelas heranças biológicas e, sim, pelo novo mecanismo criado pelo homem: a cultura. Para Leontiev, os fenômenos da cultura material e intelectual representam os mecanismos que fazem a passagem evolutiva das gerações. Desse modo, toda geração começa em um mundo de objetos e fenômenos intelectuais criados pelas gerações precedentes. Podemos concluir que, para um indivíduo humano se tornar um indivíduo da sua espécie, não basta nascer; para ser um representante da espécie humana é necessário adquirir o que foi alcançado no decurso histórico da sociedade humana, é preciso se tornar um homem. Nesse sentido, as diferenças entre esses humanos não podem ser compreendidas como individuais. Leontiev afirma que são as diferenças econômicas, portanto, a divisão social do trabalho, que produzem as diferenças entre os indivíduos humanos (LEONTIEV, 1978).

Vigotski (2000), em seus estudos, critica o modo como a Psicologia de sua época analisava o desenvolvimento e a aprendizagem por não compreender e, portanto, isolar as relações entre tais funções. Para o autor, prova disto são os testes tradicionais de inteligência que verificam apenas os níveis efetivos de desenvolvimento, ou seja, aquilo que a criança faz autonomamente. Para pensar sobre o desenvolvimento, urge pensá-lo pelo menos em dois níveis: o efetivo e aquele que está em vias de se efetivar. Esse pressuposto muda significativamente os paradigmas sobre as concepções de desenvolvimento e aprendizagem, o que uma criança pode fazer hoje, com o auxílio, é o que ela poderá fazer amanhã por si só. (VIGOTKI, 2000).

O ensino realmente eficaz é aquele que se adianta à aprendizagem, pois é esta que baliza o desenvolvimento iminente da criança. Conclui que “o processo de desenvolvimento não coincide com o da aprendizagem, o processo de desenvolvimento segue o da aprendizagem, que cria a área de desenvolvimento potencial” (VIGOTKI, 2014, p. 115).

A partir dessa reformulação metodológica para a investigação das funções psicológicas superiores, pode-se compreender a concepção sobre a lei geral que fundamenta a origem de todas as funções psicológicas superiores:

Todas as funções psicointelectuais superiores aparecem duas vezes no decurso do desenvolvimento da criança: a primeira vez, nas atividades coletivas, nas

atividades sociais, ou seja, como funções intersíquicas: a segunda, nas atividades individuais, como propriedades internas do pensamento da criança, ou seja, como funções intrapsíquicas (VIGOTSKI, 2014, p. 114).

Ao adotar a Psicologia de Vigotski, ou seja, o pressuposto da gênese social do desenvolvimento cultural, busca-se compreender o fenômeno da linguagem escrita como necessariamente aprendida graças ao ensino, de modo que caminhe na direção de proporcionar à criança uma relação vertical. O domínio da linguagem não é repertório que ela domine pela experiência imediata, precisa ser ensinada para que se torne um recurso do psiquismo.

O caminho de investigação da realidade

Como fonte de dados e de interpretação da realidade tem-se analisado o documento do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), considerando que esse é, recentemente, um instrumento proposto pelo Estado para orientação e encaminhamento das questões relativas à alfabetização na escola pública. Como forma de abordar o documento, aproximei-me da metodologia formulada por Mortatti: “análise de configuração textual” (2000, p. 31).

Mesmo com o estudo ainda em andamento, é possível afirmar que a concepção de ensino da leitura e da escrita proposta pelo Pacto permanece construtivista. A base epistemológica presente nos referenciais apresentados pelos autores é a da Psicologia Cognitivista e a psicogênese da linguagem escrita de Emilia Ferreiro ainda é a direção posta para o ensino e a aprendizagem da leitura e da escrita. Ainda que considerados todos os estudos críticos desenvolvidos sobre o construtivismo, tais como: Geraldi, (2006), Smolka (1988), Mortatti (2000), Duarte (2001), Martins e Marsiglia (2015), o presente trabalho conclui que as bases epistemológicas e metodológicas do PNAIC permanecem construtivistas. Mesmo que tragam a concepção de letramento como uma prioridade, percebe-se um letramento com base na psicogênese da linguagem escrita e, portanto, de fundamentação construtivista.

Concluimos, com os autores acima citados, que, para além de uma opção epistemológica, o construtivismo representa e se alia às políticas públicas para a educação, pois servem às concepções neoliberais de Estado e à sustentabilidade do sistema capitalista mundializado e financeiro.

Fortalecendo o contexto contra-hegemônico, esta pesquisa assume o pressuposto da Psicologia Histórico-cultural e da Pedagogia Histórico-crítica, encontrando, nesta articulação, uma proposta que reconhece a escola como lugar de luta contra a seletividade e a discriminação (SAVIANI, 2013). Com Mortatti (2013), problematiza-se o quanto, historicamente, se tem produzido um silenciamento da discussão sobre a compreensão do conceito de alfabetização no Brasil. O quanto esse silenciamento está em consonância com o modelo neoliberal de Estado que dita modelos de ensino sustentados pelos resultados das avaliações nacionais e internacionais; que forçam os alunos a se adequarem às tais habilidades e competências de leituras que não necessariamente correspondem à linguagem escrita com vistas a se desenvolverem como funções psicológicas superiores.

Considerações finais: as políticas para a alfabetização na escola pública

A abordagem ao objeto de estudo quando apoiada nesses subsídios teóricos e metodológicos evidencia um cenário em que a alfabetização tem sido objeto de uma política pública hegemônica da concepção construtivista. Encontra-se, em Mortatti (2000), a afirmação

de que esta origina o quarto momento da alfabetização no Brasil - desde meados da década de 1980 até o atual momento – e que tal concepção trouxe o fim da discussão metodológica em alfabetização. Com relação à formação de professores, intensifica o modelo de formação continuada do professor como mediador, não dos conhecimentos, mas sim, de políticas públicas.

Esta pesquisa pretende somar força com outros pesquisadores que, mesmo diante de uma visão de mundo adaptativa, que visa responder a demandas imediatas do cotidiano - como expressa o documento do PNAIC ao objetivar fazer uso social da leitura e da escrita - intenta uma visão contra-hegemônica, garantindo o direito das gerações pela socialização e reflexão dos conhecimentos historicamente produzidos e acumulados pela humanidade.

Referências

DUARTE, N. **Vigotski e o “aprender a aprender”**: críticas às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. Campinas, SP: Autores Associados, 2. ed., 2001.

_____. **Sobre o construtivismo**: contribuições a uma análise crítica. Campinas, SP: Autores Associados, 2. ed., 2005.

GERALDI, J. W. et al. (Org.). **O texto em sala de aula**. São Paulo, SP: Ática, 4. ed. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Indicadores sociais municipais**: uma análise dos resultados do universo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/indicadores_sociais_municipais_tab_pdf.shtm>. Acesso em: 18 jun. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Gráficos dinâmicos**: sínteses dos indicadores sociais/2005. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicais2005/graficos_dinamicos>. Acesso em: ago. de 2016.

LEONTIEV, A. O homem e a cultura. In. LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do Psiquismo**. Lisboa: Livros Horizontes, 1978. p. 261-284.

LURIA, A. R. A atividade consciente do homem e suas raízes histórico-sociais In: LURIA, A. R. **Curso de Psicologia Geral**. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 71-84.

MARTINS, L. M.; MARSGLIA, A. C. G. **As perspectivas construtivista e histórico-crítica sobre o desenvolvimento da escrita**. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

MORTATTI, M. R. L. **Os sentidos da alfabetização**: São Paulo – 1876-1994. São Paulo, Ed. UNESP; Brasília, MEC/INEP/COMPEd, 2000.

_____. A “querela dos métodos” de alfabetização no Brasil: contribuições para metodizar o debate. **Acolhendo a Alfabetização nos países de Língua Portuguesa**, São Paulo, v. 3, p. 91-114, 2009.

MORTATTI, M. R. L. O direito ao texto. In: BARCELOS, V.; ANTUNES, H. S. **Alfabetização, letramento e leitura: territórios formativos**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010. p. 137-148

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. Edição Comemorativa. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

_____. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. revisada. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SMOLKA, A. L. B. (1988) **A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo**. Campinas, SP: Cortez.

VIGOTSKI, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 12. ed. São Paulo: Ícone, 2014.

VIGOTSKI, L. S. **A Construção do Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2000.